



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

O Novo Ensino Médio em debate: inovações visíveis ou continuidades ocultas?

The New High School at issue: visible innovation or continuities hidden?

Maíra Caldeira da Silva¹

Renata Almeida Gonçalves²

Thaís Reis de Assis³

Resumo: A última etapa da Educação Básica tem sido pauta de debates em relação a Reforma denominada *Novo Ensino Médio*. Objetivou-se, com este trabalho, entender como o *Novo Ensino Médio* está sendo implementado na cidade de Muriaé/MG. Para a consecução dos resultados, utilizamos o método comparativo, sendo delimitada uma amostra com três escolas da rede estadual e duas da privada. Observamos discrepâncias em relação a carga horária ofertada na área de *Ciências da Natureza e suas Tecnologias* entre as escolas públicas e privadas, bem como entre os turnos diurno e noturno. Conclui-se que o *Novo Ensino Médio* aponta para uma dualidade no sistema de ensino que perpetua desigualdades e privilegia aqueles que têm acesso às escolas da rede privada.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Reformas Educacionais. Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Abstract: The last stage of Basic Education has been the subject of debates regarding the Reform called the *New High School*. This study aimed to understand how New High School is being implemented in the city of Muriaé/MG. To obtain the results, we used the comparative method, and defined a sample consisting of three state schools and two private schools. We observed discrepancies in relation to the workload offered in the area of Natural Sciences and their Technologies between public and private schools, as well as between day and night shifts. It is concluded that the New High School points to a duality in the education system that perpetuates inequalities and privileges those who have access to private schools.

Keywords: New High School. Educational Reforms. Natural Sciences and their Technologies.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - IF SUDESTE MG/Campus Muriaé. ORCID: [0009-0004-4455-0642](https://orcid.org/0009-0004-4455-0642) - E-mail: mairacaldeiraif@gmail.com.

² Licenciada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - IF SUDESTE MG/Campus Muriaé. ORCID: [0009-0004-2523-6738](https://orcid.org/0009-0004-2523-6738) - E-mail: goncalvesrenata.bio@gmail.com.

³ Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Docente do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - IF SUDESTE MG/Campus Muriaé. ORCID: [0000-0003-3211-9965](https://orcid.org/0000-0003-3211-9965) - E-mail: thais.assis@ifsudestemg.edu.br.



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Introdução

Nos últimos anos, a Educação Básica, principalmente o Ensino Médio, tem gerado muitas preocupações e questionamentos, sobretudo acerca do conteúdo ensinado e se o mesmo corresponde à realidade vivenciada pelos alunos. Ao analisar a trajetória histórica desta etapa de ensino no Brasil, observa-se que foram implementadas diversas reformas ao longo do tempo, que por sua vez tiveram em comum a proposta de uma formação dual, vinculada sobretudo a condição socioeconômica do indivíduo: para uns, propiciar o ingresso no Ensino Superior; para outros, ser habilitado para o mercado de trabalho. Realidade esta que vem se perpetuando ao longo das décadas.

Segundo Romanelli (1986), até o final da década de 1920, o ensino no Brasil apresentava uma estrutura precária, baseada apenas em sistemas estaduais que não estavam atrelados a uma política nacional de educação. O Ensino Secundário era majoritariamente propedêutico e voltado à preparação para o Ensino Superior, atendendo a uma pequena parcela da população, ou seja, a que possuía melhores condições socioeconômicas. Em 1931, foi proposta a *Reforma Francisco Campos* que estabeleceu o currículo seriado dividido em um Ciclo fundamental com duração de 5 anos e outro Complementar de 2 anos. Conforme Xavier (1990, *Apud. Zotti, 2002*), o Ciclo Fundamental oferecia uma formação generalista visando sobretudo, a inserção no mercado de trabalho. Já o Ciclo Complementar tinha a finalidade de direcionar a formação para o curso superior pretendido. Cabe destacar que este último ciclo cabia a parcela da população que possuía melhores condições socioeconômicas.

Em 1937, foram promulgadas leis que ficaram conhecidas como *Reforma Capanema*. Parte dessa reforma estruturou o que hoje conhecemos como Ensino Médio, por meio das Leis Orgânicas que abrangeram os ensinos Secundário, Industrial, Comercial e Agrícola (Saviani, 2016). Como resultado, em 1942 foi criado o SENAI, sob controle do empresariado industrial e, em 1943, foi implantado o Ensino Comercial, ambos voltados para formação da parcela populacional detentora das condições socioeconômicas mais vulneráveis. Segundo Ribeiro (1993), o Ensino Secundário passou a ser dividido em dois ciclos: Ginásial (4 anos) e Colegial (3 anos), sendo que este último



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

oferecia as opções Clássico e Científico. A formação de cunho técnico era destinada à classe trabalhadora, os cursos continham como opções o Agrotécnico, o Industrial Técnico e o Normal, que não davam acesso ao Ensino Superior, todavia habilitavam para ingresso no mercado de trabalho. Nessa época, ocorreu a primeira tentativa de articular as modalidades Clássica, Científica e Profissionalizante para que todos pudessem participar da seleção ao Ensino Superior. No entanto, o ensino de caráter elitista já existente foi mantido, delimitando dois caminhos como possíveis, algo fortemente atrelados à posição social ocupada pelo sujeito.

Para Zotti (2002, p. 72) essa tentativa “[...] reafirmou o processo discriminatório e dual de ensino através de reformas específicas para o secundário propedêutico e para cada ramo do ensino profissionalizante”. Neste sentido, a *Reforma Capanema* reforçou ainda mais a desigualdade ao estabelecer o Ensino Secundário em duas vertentes distintas e ao oferecer uma formação diferente a grupos distintos, com objetivos separados perpetuando o dualismo educacional que legitima

[...] a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um, para os que serão preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes; outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada (Keunzer, 2005, p. 29).

O contexto resultante do Golpe Militar de 1964 fez uma readequação na legislação educacional para “[...] garantir a continuidade da ordem socioeconômica que se acreditava ameaçada pelo grupo que então exercia o poder” (Saviani, 2016, p. 25). Em 1970, foi sugerida uma proposta de reforma para os ensinos primário e secundário que culminou na LDB de 1971. Com esta lei, a equivalência entre as áreas de formação foi alterada, unindo o Ciclo Ginásial do Ensino Médio com o Primário, com duração de 8 anos, que passou a ser denominado 1º grau. Já o ciclo Colegial do Ensino Médio se tornou o 2º grau (Bald, 2017). Cabe destacar que, a profissionalização dos estudantes continuou a ser promovida tendo como justificativa atender a demanda socioeconômica do país.

Segundo Saviani (2016), em meados da década de 1970, esse sistema educacional começou a sofrer críticas, o que se estendeu para a década de 1980 culminando na Lei nº



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

9.394/1996. A LDB de 1996 promoveu mudanças, pois o que antes eram denominados ensinos de 1º e 2º grau foi reorganizado, instituindo-se a Educação Básica que teria como última etapa o Ensino Médio que poderia se organizar em diversas modalidades (Alves; Silva & Jucá, 2022).

Na atual conjuntura, vivenciamos os primeiros anos de funcionamento de uma reforma educacional que ficou conhecida como o *Novo Ensino Médio*. Em 2003 aconteceram os primeiros movimentos para que ela acontecesse. Em 2012, foram estabelecidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas ao Ensino Médio. O assunto envolvendo mudanças no Ensino Médio continuou como pauta no Congresso Nacional, até que em agosto de 2016, a proposta da reforma ganhou força. Baseado no Projeto de Lei n.6.840-A/13 o presidente Michel Temer, nas palavras de Jacomini (2022, p. 267),

[...] usou um expediente, típico de assuntos urgentes ou de governos autoritários, para fazer a reforma do Ensino Médio: a Medida Provisória n.746, de 22 de setembro de 2016. Posteriormente, a MP foi convertida pelo Congresso Nacional na Lei n.13.415, sancionada por Temer em 16 de fevereiro de 2017.

O movimento iniciou-se por meio de uma Medida Provisória (MP) de nº 746 de 2016 que foi sancionada em 16 de fevereiro de 2017 através da Lei nº 13.415, conhecida como a *Lei do Novo Ensino Médio*. Segundo Ferretti (2018, p. 26), as mudanças propostas apoiaram-se em diversas justificativas tais como “[...] a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos altos índices de abandono e de reprovação”.

Para entender as mudanças trazidas pela Reforma do *Novo Ensino Médio* é preciso compreender como esse nível de ensino funcionava na LDB de 1996. Era estipulada uma carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída em 200 dias letivos. O currículo era composto por disciplinas obrigatórias de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), além de uma Língua Estrangeira.

Posteriormente, essa estrutura foi substituída pela Lei nº 13.415, ampliando a carga horária mínima de 800 para 1.000 horas anuais inicialmente – havendo previsão



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

de aumento gradual até alcançar 1400 horas. O currículo foi reorganizado, passando a possuir uma parte referente a formação geral básica e a contar com os itinerários formativos. A parte referente à formação geral básica, com carga horária total de 1800h totais, trata-se do

[...] conjunto de aprendizagens comuns e obrigatórias a todos os estudantes. Ela será organizada em quatro áreas do conhecimento, cada qual com um conjunto de componentes curriculares que todos os estudantes irão cursar: Arte, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Educação Física formam a área de Linguagens e suas Tecnologias; Química, Física e Biologia compõem a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. História, Geografia, Sociologia e Filosofia formam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e, por fim, o componente de Matemática compõe a área de Matemática e suas Tecnologias (Minas Gerais, s/d, s/p.).

A formação geral básica prevê a oferta obrigatória, no decorrer das três séries que compõem o Ensino Médio, dos estudos e práticas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia. O oferecimento dessas disciplinas ficou a critério de cada sistema de ensino, podendo se dar, por exemplo, em uma única série ou em todos os anos do Ensino Médio. É importante destacar que somente o ensino da Língua Portuguesa e Matemática passaram a ser obrigatórios nos três anos.

O *Novo Ensino Médio* propõe que 1200 horas sejam disponibilizadas para os itinerários formativos. Conforme texto da BNCC (2018), os itinerários supostamente permitem a personalização do currículo, oferecendo aos alunos diferentes opções. Eles podem se concentrar em uma área específica (como Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemática ou Linguagens), optar por uma formação técnica profissional, ou ainda, escolher uma combinação de diferentes áreas, formando assim itinerários integrados. Ao ingressar no Ensino Médio, caberia ao estudante escolher qual itinerário cursar. No entanto, cabe destacar que a oferta do itinerário formativo fica a critério da instituição de ensino e da rede a qual está vinculada, podendo ser apenas um ou vários. Nesse sentido, a escolha a ser feita pelo estudante fica atrelada ao que for disponibilizado no local em que realizar a sua matrícula. Em outras palavras, uma *escolha livre*, porém limitada ao que lhe for oferecido.

Cada escola ou rede de ensino tem a liberdade de adaptar os itinerários formativos de acordo com a realidade local, as demandas do mercado de trabalho e os



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

recursos disponíveis. Bodião (2018), chama atenção para o termo *realidade local*, pois isso pode abrir brechas para a redução de conteúdos curriculares, o que já ocorreu em outras reformas do ensino conforme exposto.

A implementação do *Novo Ensino Médio* no Brasil, apesar de ser divulgada como algo que tem como objetivo modernizar e flexibilizar o currículo, está gerando inúmeros questionamentos sobre como esse novo modelo de ensino pode impactar o aprendizado dos alunos. Considerando que o Brasil é um país continental onde existem muitas desigualdades que refletem na educação, é importante compreendermos como os itinerários formativos e o novo arranjo curricular podem contribuir, ou não, para acentuar ainda mais as discrepâncias existentes no sistema educacional.

Diante do exposto, uma série de indagações surgiram: como está ocorrendo a implementação do *Novo Ensino Médio*? As disciplinas da área de *Ciências da Natureza* têm ganhado espaço? Existe alguma diferença na grade curricular das escolas públicas e privadas que podem impactar no ensino dos alunos?

Este artigo se trata de um recorte de um Trabalho de Formação Docente, realizado num curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, cujo objeto de estudo foi a implementação do *Novo Ensino Médio* e o espaço ocupado pelas disciplinas da área de Ciências da Natureza neste contexto. Tratou-se de um estudo de caso sobre a realidade diagnosticada na cidade de Muriaé/MG, focando especialmente no entendimento de como as mudanças curriculares efetivadas pelo *Novo Ensino Médio* impactaram na carga horária das disciplinas de Biologia, Física e Química. A escolha da cidade de Muriaé/MG para o estudo justificou-se em virtude de ser o local onde está situada a instituição de ensino na qual este trabalho foi desenvolvido. A pesquisa envolveu cinco escolas, sendo duas da rede privada e três da rede estadual de ensino. Para isso, examinou-se a grade de horários das escolas públicas e privadas dando ênfase às disciplinas da área de *Ciências da Natureza*. Este olhar se deu para cada uma das três séries do Ensino Médio. Por fim, comparou-se de forma crítica a realidade diagnosticada nas escolas públicas e privadas, traçando um paralelo sobre a oferta de Biologia, Física e Química dentro do *Novo Ensino Médio* nessas instituições.



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Expostos os pilares que embasaram este trabalho, passaremos para a apresentação da metodologia adotada para, posteriormente, fazermos a exposição e discussão dos resultados obtidos.

Percurso Metodológico

No ano de 2017, por meio da Lei nº 13.415, foi instituído o *Novo Ensino Médio* (doravante NEM). Visando compreender como este processo segue ocorrendo, esta pesquisa buscou entender como o *NEM* vem sendo implementado na cidade de Muriaé/MG. Utilizamos o método comparativo e a abordagem qualitativa neste estudo. Segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 107), “[...] o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais”. Neste sentido, a sua adoção nos possibilitou a comparação da realidade diagnosticada entre as escolas públicas e privadas. Já a abordagem qualitativa nos permitiu um entendimento individualizado de como está ocorrendo a implementação do *NEM*, levando em consideração a realidade específica de cada uma das instituições.

Para a coleta de dados, foi necessário adotar abordagens que garantissem o acesso às informações essenciais. A pesquisa tinha como objetivo inicial analisar as 16 escolas⁴ de Ensino Médio existentes em Muriaé/MG, sendo 04 da rede privada e 12 da rede estadual de ensino.

O primeiro contato com essas instituições foi realizado por e-mail, com texto padrão no qual nos identificamos, apresentamos a proposta da pesquisa e solicitamos a disponibilização dos horários de aula, destacando que nenhuma escola seria identificada no estudo. Nenhuma das escolas particulares respondeu. Das 12 escolas estaduais, apenas duas responderam dando ciência, porém, sem fornecer os horários solicitados. Passado cerca de um mês, o e-mail foi novamente enviado para todas as instituições e não obtivemos sucesso. Diante disso, realizamos uma segunda tentativa, desta vez por

⁴ Cabe destacar que Muriaé/MG conta com uma instituição de ensino federal que oferta Ensino Médio na modalidade Técnico Integrado. Por se tratar de um formato de ensino com características específicas que se distanciam ao que é conhecido habitualmente como Ensino Médio, optou-se por excluir essa instituição de ensino federal da amostra.



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

meio de contato telefônico com cada escola. Nessa etapa, nos identificamos expondo a instituição a qual estávamos filiados, explicamos novamente os objetivos da pesquisa, destacamos que as instituições não seriam identificadas e reforçamos o pedido pelos horários. Obtivemos êxito em duas escolas da rede estadual: a escola A, após contato telefônico e conversa com o seu gestor, nos enviou os horários por *E-mail*, enquanto um secretário da escola I nos encaminhou via *WhatsApp*. Tendo em vista o baixo quantitativo de dados levantados até então e com o intuito de ampliar o número de informações coletadas, buscamos contato direto com professores que atuavam nas escolas, conseguindo assim os horários da escola E, pertencente à rede estadual de ensino. Com relação às escolas da rede privada, os e-mails e ligações telefônicas não surtiram efeito. Os horários foram obtidos por meio de responsáveis por alunos, tendo em vista que tais informações circulavam nos grupos de *WhatsApp*.

Diante dessa dificuldade de acesso às informações, especialmente no que tange à obtenção dos horários escolares, destaca-se como limitação significativa a ausência de resposta por parte de algumas instituições, tanto públicas quanto privadas. Essa intercorrência comprometeu o alcance inicialmente previsto para a pesquisa. A amostra final contou com 3 escolas da rede pública de ensino – todas pertencentes ao sistema estadual – e 2 escolas da rede privada, o que corresponde a 50% das escolas privadas de Muriaé/MG e 25% das públicas. Temos a ciência que o número de instituições públicas contempladas na pesquisa é pequeno, no entanto, essas escolas oferecem três dos quatro modelos de Ensino Médio propostos pelo estado de Minas Gerais. Permitiram que compreendêssemos o funcionamento do Ensino Médio regular diurno, Ensino Médio regular noturno e Ensino Médio de Tempo Integral, ficando de fora da amostra apenas o Ensino Médio Profissionalizante. Para manter e garantir o sigilo das informações coletadas, os nomes das instituições não serão divulgados, sendo as escolas públicas denominadas com vogais do alfabeto (A, E e I) e as instituições privadas com as consoantes (L e P).

A partir das informações coletadas, elaboramos uma planilha baseada na matriz de referência de 2023, de MG, indicando a carga horária semanal das disciplinas da área



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

de *Ciências da Natureza*. Essa sistematização possibilitou uma análise comparativa detalhada entre as escolas públicas e privadas. Examinamos a carga horária destinada à área de *Ciências da Natureza* em cada escola e série. Além disso, comparamos a carga horária do Ensino Médio noturno com o diurno da escola A - que dentre as instituições estudadas, foi a única a oferecer o Ensino Médio regular noturno.

Apresentados e expostos os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa, partiremos para exposição e discussão dos resultados obtidos.

Resultados e Discussões

Para introduzirmos os resultados, é importante contextualizar a cidade *lócus* desta pesquisa, no caso, Muriaé/MG. Está localizada na região sudeste de Minas Gerais, inserida na Zona da Mata Mineira. Conforme o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui população de 104.108 habitantes. O município conta com 17 escolas que oferecem o Ensino Médio, sendo 12 pertencentes à rede estadual de ensino, das quais 6 estão localizadas nos distritos. Há ainda 6 escolas zona urbana juntamente com as 4 escolas particulares e um Instituto Federal.

Antes de analisarmos a realidade das escolas de Muriaé/MG, é fundamental lembrar como foi estruturada a matriz curricular proposta por Minas Gerais antes da implementação do *Novo Ensino Médio*. Todas as séries do Ensino Médio de funcionamento diurno, tinham duas aulas semanais de Biologia, Física e Química. Na modalidade de Ensino Médio Integral, a carga horária era mais ampla, havendo três aulas semanais em cada série por matéria. Já no Ensino Médio noturno, a carga horária seguia o mesmo padrão do E.M. Diurno, ou seja, em cada uma das três séries previstas ocorriam duas aulas semanais de *Biologia, Física e Química*.

Vejamos agora o impacto das proposições do *Novo Ensino Médio* na rede estadual de ensino e, conseqüentemente, nas escolas de Muriaé/MG. Tomamos como base a matriz curricular estabelecida pela Resolução SEE 4.908/2023.



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

A análise comparativa revelou discrepâncias significativas entre a carga horária de formação geral oferecida pelas escolas públicas estaduais e privadas, destacando uma diferença evidente no número de aulas semanais nas disciplinas da área de *Ciências da Natureza*. Vejamos essa conjuntura ilustrada no Quadro 01.

Quadro 01: Matriz de formação geral e número de aulas das escolas diurnas – Ciências da Natureza

| Resolução de Matrizes | | Proposta Estado | Escola A | Escola E | Escola I | Escola L | Escola P | |
|--|---------------|-----------------|----------|----------|----------|----------|----------|---|
| Ciências da Natureza e suas Tecnologias | 1º ano | Física | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| | | Química | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| | | Biologia | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 |
| | 2º ano | Física | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| | | Química | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 |
| | | Biologia | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| | 3º ano | Física | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 |
| | | Química | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| | | Biologia | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |

Fonte: Quadro gerado pelas autoras com base na Resolução SEE 4.908 e nas grades de horários das escolas.

Conforme apresentado no Quadro 01, as escolas da rede pública seguem estritamente o mínimo estipulado pelo estado de Minas Gerais. De modo geral, podemos afirmar que, no decorrer do Ensino Médio, o aluno terá 4 aulas semanais na área de *Ciências da Natureza* em cada série. O que se observa é alternância das 2 aulas semanais a cada série do Ensino Médio, ocorrendo maior carga horária de Biologia no 1º ano, de Química no 2º ano e de Física no 3º ano. Se compararmos com o modelo de Ensino Médio que vigorava anteriormente, é nítido o retrocesso. Se antes ocorriam 6 aulas semanais na área de *Ciências da Natureza* em cada uma das séries, isso não é mais uma realidade. Saímos de 6 aulas semanais para 4 aulas. Se anteriormente tínhamos garantidas 240 h/aulas para cada disciplina (Física, Química e Biologia) no decorrer de todo Ensino Médio, com a reforma em vigor passamos para 160h/aulas. Uma diminuição significativa que deve ser objeto de reflexão e questionamento. Em contrapartida, as instituições particulares oferecem uma carga horária ampliada, de 3 aulas semanais para cada componente curricular por série. Em suma, o aluno da rede pública tem 66,6% a



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

menos de carga horária nas disciplinas de *Ciências da Natureza* quando comparado às instituições privadas de ensino.

Esse cenário evidencia uma desigualdade educacional preocupante, com implicações diretas na qualidade da formação dos estudantes. Nas escolas públicas, onde os alunos têm acesso limitado às disciplinas científicas, a carga horária mínima estipulada por Minas Gerais não oferece tempo suficiente para o desenvolvimento pleno das competências e para compreensão dos conteúdos de *Física, Química e Biologia* previstos na BNCC, cobrados no ENEM e em processos seletivos que dão acesso ao Ensino Superior. Por outro lado, as escolas privadas, com uma carga horária ampliada, proporcionam melhor oportunidade de aprofundamento, favorecendo a aprendizagem e uma preparação mais robusta para vestibulares e o ENEM. Este cenário gera um ciclo que perpetua as disparidades sociais e remonta às antigas reformas educacionais que consolidaram uma dualidade no sistema educacional brasileiro, separando os estudantes em dois caminhos distintos: um voltado para a formação técnica - direcionado para classes menos favorecidas - e outro para a formação acadêmica - privilegiando as elites.

Quando comparamos o EM noturno e diurno, no caso desta pesquisa, ambos oferecidos pela escola A, observamos que a carga horária das disciplinas de formação geral da área de *Ciências da Natureza e suas Tecnologias* permanece equivalente em ambas as modalidades. Algo que de certa forma é um fator positivo e evidencia, pelo menos em termos quantitativos de carga horária, que não há diferenciação entre o ensino ofertado no diurno e no noturno.

Identificou-se no decorrer da pesquisa o funcionamento de diferentes modelos de Ensino Médio na rede estadual de MG. Tais informações foram compiladas no Quadro 02.

Quadro 02: Modelos de oferta do Ensino Médio – rede estadual MG

| | | | |
|--------------|----------|--------------------|-------------------|
| Ensino Médio | Regular | Diurno | 30 aulas semanais |
| | | Noturno | 21 aulas semanais |
| | Integral | 09 módulos | 45 aulas semanais |
| | | 07 módulos | 35 aulas semanais |
| | | Profissionalizante | 45 aulas semanais |



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O Ensino Médio Regular possui uma carga horária mínima semanal de 30 horas/aulas no turno diurno. No turno noturno, a distribuição ocorre em 4 dias com 4 aulas e um dia com 5 aulas, culminando numa carga horária de 21 aulas semanais. Já o Ensino Médio em Tempo Integral possui três modelos de oferta: Ensino Médio em Tempo Integral, composto de 9 módulos-aula diários; Ensino Médio em Tempo Integral Profissional, que oferece ao estudante a possibilidade de cursar o Ensino Médio junto com um curso técnico, saindo habilitado para atuação em áreas profissionais específicas; e o Ensino Médio em Tempo Integral, composto de 7 módulos-aula-dia.

No que diz respeito a essa pesquisa, foram analisados os horários de uma escola estadual que oferta o Ensino Médio de Tempo Integral de 9 módulos (escola E), uma instituição que oferta o Ensino Médio Regular no turno diurno e noturno (escola A) e outra que tem apenas o Ensino Médio Regular Diurno (escola I).

Entre as escolas da rede privada, não foi possível identificar a modalidade de Ensino Médio ofertado se comparamos com o preconizado pelas diretrizes da SEE 4.908/2023. Sabemos que a referida diretriz se aplica unicamente às escolas da rede estadual de ensino de MG. No entanto, se estabelecermos um comparativo entre o que é disposto na diretriz da SEE e o horário das instituições de ensino particular, podemos tecer alguns apontamentos importantes. Identificamos que a Escola P oferece, em um dia da semana, uma carga horária de 7 aulas diárias, porém, nos demais dias, a carga horária fica entre 5 e 6 horários. Já a Escola L oferta 11 horários em um dia da semana e, nos demais dias, oferta entre 6 e 9 horários.

Dando continuidade à matriz de referência da rede estadual de ensino de MG, é relevante entender como se organiza a oferta dos itinerários formativos que

[...] são o conjunto de 4 (quatro) unidades curriculares: Projeto de Vida, que engloba o componente Projeto de Vida; Eletivas, que engloba as duas eletivas de escolha da escola ou do estudante a partir do Catálogo de Eletivas 2023; Preparação para o Mundo do Trabalho, que engloba os componentes Introdução ao Mundo do Trabalho e Tecnologia e Inovação; Aprofundamento nas áreas do conhecimento, que engloba componentes vinculados às áreas do conhecimento da Formação Geral Básica (Minas Gerais, 2022, s/p.).



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Vejamos como essa realidade se concretiza no Ensino Médio Regular ofertado no turno diurno por meio dos dados expostos no Quadro 03 e no Ensino Médio Regular noturno no Quadro 04.

Quadro 03: Matriz de Referência para o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio Regular diurno

| Unidade Curricular | Componentes Curriculares | A/S - 1º ano | A/S - 2º ano | A/S - 3º ano |
|---|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Projeto de Vida | Projeto de Vida | 1 | 1 | 1 |
| Eletivas | Eletiva 1 | 1 | 1 | 1 |
| | Eletiva 2 | 1 | 1 | 1 |
| Preparação para o mundo do trabalho | Introdução ao mundo do trabalho | 2 | | - |
| | Tecnologia e Inovação | 1 | 1 | 1 |
| Aprofundamento nas áreas do conhecimento | Práticas Comunicativas e Criativas | 1 | - | - |
| | Humanidades e Ciências Sociais | 2 | - | - |
| | Núcleo de Inovação Matemática | 1 | - | - |
| | Saberes e Investigação da Natureza | 2 | - | - |
| Aprofundamento na Área do Conhecimento OPTATIVO* | Componente 1 | - | 2 | 2 |
| | Componente 2 | - | 2 | 2 |
| | Componente 3 | - | 2 | 2 |
| | Componente 4 | - | 2 | 2 |

Fonte: Resolução SEE 4.908, 2023.

Quadro 04: Matriz de Referência para o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio Regular noturno

| Unidade Curricular | Componentes Curriculares | A/S - 1º ano | A/S - 2º ano | A/S - 3º ano |
|---|---|--------------|--------------|--------------|
| Projeto de Vida | Projeto de Vida | 1 | 1 | 1 |
| | Atividades complementares Projeto de Vida | - | - | - |
| Eletiva | Eletiva 1 | 1 | 1 | 1 |
| Aprofundamento na Área do Conhecimento | Práticas Comunicativas e Criativas | 1 | - | - |
| | Atividades complementares de Práticas Comunicativas e Criativas | - | - | - |
| | Humanidades e Ciências Sociais | - | 1 | - |
| | Atividades complementares de Humanidades e Ciências Sociais | - | - | - |



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

| | | | | |
|--|---|---|---|---|
| | Núcleo de Inovação Matemática e Saberes e Investigação da Natureza | - | - | 1 |
| | Atividades Complementares de Núcleo de Inovação Matemática e Saberes e Investigação da Natureza | - | - | - |

Fonte: Resolução SEE 4.908/2023.

Como pode ser observado nos quadros 03 e 04, a matriz do Ensino Médio diurno é mais robusta em termos de carga horária e diversidade dos componentes relacionados ao *Aprofundamento*, que já se inicia no 1º ano. Além disso, nos 2º e 3º anos, são disponibilizados componentes optativos, cuja oferta se dá por meio de 2 aulas semanais por disciplina, podendo chegar a até quatro opções. No Ensino Médio noturno, a oferta é reduzida e mais restrita. A disciplina *Humanidades e Ciências Sociais* é ministrada apenas no 2º ano - com 1 aula semanal - enquanto *Núcleo de Inovação Matemática e Saberes e Investigação da Natureza* se funde em uma única disciplina que se dá no 3º ano com apenas 1 aula semanal. Cabe destacar que, nas escolas onde ocorra oferta de apenas uma turma por série do Ensino Médio, a Matriz de Referência de MG mantém a proposição fixa de Aprofundamentos.

Quanto à unidade curricular *Preparação para o Mundo do Trabalho*, o ensino diurno inclui as disciplinas de *Introdução ao Mundo do Trabalho* - com 2 aulas semanais no 1º ano - e a disciplina de *Tecnologia e Inovação* - com 1 aula semanal em todas as séries do Ensino Médio. Já o turno noturno não contempla nenhuma unidade curricular relacionada à *Preparação para o Mundo do Trabalho*. Observou-se, de modo geral, que a matriz do Ensino Médio noturno é mais enxuta, contando com menos oportunidades de *Aprofundamento* e menor atenção às disciplinas voltadas para o mundo do trabalho. Algo que, de certo modo, chega a ser contraditório tendo em vista que o aluno que opta por estudar no noturno geralmente já está inserido no mercado de trabalho e disciplinas deste cunho seriam relevantes em seu processo formativo. A desigualdade entre os turnos diurno e noturno é notável, no modelo diurno, os alunos têm acesso a uma estrutura mais completa e diversificada desde o 1º ano, com possibilidade de escolha



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

entre os componentes optativos nos anos seguintes. Por outro lado, no turno noturno, observa-se uma redução expressiva na oferta de opções de *Aprofundamento*, algo que compromete a equidade de oportunidades e pode ter reflexos negativos na formação desses estudantes.

Pudemos verificar essa disparidade entre a oferta – turno diurno e noturno – nos *Aprofundamentos* ofertados pela escola A. Para exemplificar, essa instituição possui turmas de 2º ano funcionando nos três turnos, o que culmina em realidades curriculares distintas. Para as turmas de 2º ano matutino (6 salas), a escola oferta as quatro opções de área de *Aprofundamento*. Dessas seis turmas, em apenas uma delas há o *Aprofundamento* na área de *Ciências da Natureza*. Para a única turma de 2º ano que funciona no turno da tarde, são ofertados os quatro *Aprofundamentos* do macrotema *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, conforme proposto para escolas com apenas uma turma de 2º ano naquele turno. Para as duas turmas de 2º ano do noturno, há a oferta de apenas um *Aprofundamento* na área de *Humanidades e Ciências Sociais*, seguindo à risca a proposição de carga horária mínima da rede estadual de MG. No caso exposto, é interessante notarmos como o horário em que ocorrem as aulas impacta diretamente no itinerário formativo que será ministrado. O aluno, dependendo do turno em que estuda, sequer tem o direito de escolha, algo que foi preconizado como grande diferencial do *Novo Ensino Médio*. Como o aluno pode optar pelo que quer estudar, caso haja apenas uma turma por turno, se a SEE/MG já delimita o que deve ser oferecido?

Na escola I, localizada em um distrito de Muriaé/MG e que também pertence à rede estadual, a oferta dos *Aprofundamentos* segue o proposto para escolas onde exista apenas uma turma por série. Entendido o funcionamento das escolas de Ensino Médio Regular diurno e noturno, seguiremos abordando a realidade de uma escola de Ensino Médio Integral de nove módulos, ou seja, com a carga horária semanal de 45 horas/aula.

A matriz de referência do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), caso da escola E, com 9 módulos, apresenta uma organização curricular que se diferencia do modelo regular, especialmente pela ampliação da carga horária. Além dos componentes ofertados pelo Ensino Médio Regular, o EMTI oferece as chamadas *Atividades*



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Integradoras que têm como componentes: *Nivelamento em Língua Portuguesa, Nivelamento em Matemática, Laboratório de Aprendizagens, Pesquisa e Intervenção e Práticas Experimentais* cada uma com a carga horária de 2 aulas semanais. Além disso, é ofertado o componente curricular *Estudos Orientados* - com 4 aulas semanais. Observa-se que as disciplinas que são acrescidas relacionam-se, em sua maioria, com a formação geral básica. Pode-se dizer que o aluno matriculado no EMTI consegue ter acesso a mais aulas de áreas do conhecimento que são cobradas no ENEM ou processos seletivos. Ele passa a ter uma certa vantagem neste campo, se comparado a um estudante do Ensino Regular tanto diurno como noturno.

Já as escolas da rede privada de ensino estudadas possuem uma turma por série e oferecem disciplinas que vão além do que é delimitado como formação geral básica. A escola L mantém um currículo padronizado para todas as séries. É ofertada apenas uma aula de itinerário formativo semanalmente, porém a área que corresponde essa matéria não está indicada nos horários aos quais tivemos acesso. Nota-se que há, semanalmente, uma aula de aprofundamento em *Química, Biologia e Física*, somadas a uma aula de *Redação* e outra de *Oficina de Redação*. Nessa escola em específico, por ser uma instituição de cunho confessional, há a oferta de *Ensino Religioso*.

Na escola P, observou-se a ocorrência de 7 horas/aula diárias. As disciplinas oferecidas não nos permitem identificar de forma clara quais matérias fazem parte da formação geral básica e quais são pertencentes ao itinerário formativo. O horário desta instituição permite inferir que são ministrados apenas conteúdos relacionados à formação geral básica. O quantitativo de aulas disponibilizado aos seus alunos é similar ao que constava na matriz de referência de 2019 da SEE/MG, ou seja, a que vigorava antes da implementação do *NEM*, o que nos leva a refletir sobre a implementação da *Reforma* nas instituições públicas e privadas, bem como a ausência da instituição de uma base nacional comum padrão para as disciplinas que integram os itinerários formativos. Apresentados os resultados e discussões provenientes desta pesquisa, passamos para as considerações finais.



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como tem ocorrido a implementação do *Novo Ensino Médio* na cidade de Muriaé/MG traçando um paralelo entre a realidade vivenciada nas escolas públicas estaduais e particulares. É importante salientar que todas as instituições analisadas neste trabalho já implementaram e estão funcionando em consonância ao proposto pelo *Novo Ensino Médio*.

O primeiro ponto que queremos destacar é que mesmo com a amostra restrita a cinco escolas (3 estaduais e 2 particulares), foi possível identificar a dualidade relacionada à implementação do *Novo Ensino Médio* no município de Muriaé/MG. O estudo ofereceu uma noção sobre as disparidades existentes entre as modalidades de ensino que funcionam atualmente na rede estadual, bem como o abismo existente entre as escolas públicas e privadas.

A proposta do *Novo Ensino Médio* da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais apresenta fragilidades, especialmente no que tange a área de *Ciências da Natureza e suas Tecnologias*. A redução da carga horária prevista dentro da *Formação Geral Básica* prejudica o desenvolvimento de competências fundamentais nessas disciplinas.

Em relação a carga horária de *Formação Geral Básica* das escolas da rede estadual, o cumprimento apenas do mínimo previsto na legislação compromete não apenas a formação científica, mas também a capacidade de desenvolver habilidades críticas, investigativas e práticas que são fundamentais para a formação integral do estudante.

Se no Ensino Médio diurno a diminuição da carga horária já não atende de forma satisfatória às demandas de uma formação integral e ao preparo para o ingresso no Ensino Superior, no noturno essa situação se torna ainda mais desfavorável. Os estudantes que frequentam a escola à noite, muitas vezes conciliando trabalho e estudo, acabam sendo prejudicados por um modelo curricular que, ao invés de compensar suas dificuldades, as agrava.

Enquanto as escolas públicas se concentram em preparar os estudantes para ingressarem diretamente no mercado de trabalho, as instituições privadas oferecem uma



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

formação mais robusta e voltada para o acesso ao Ensino Superior. Essa diferença reflete e perpetua desigualdades históricas, reforçando uma divisão em que os alunos de classes menos favorecidas têm menos oportunidades de competir em pé de igualdade em vestibulares e no ENEM, sendo direcionados a trajetórias profissionais limitadas.

No contexto atual, o *Novo Ensino Médio* retoma a lógica desigual, marcada por uma dualidade semelhante à das antigas reformas educacionais cujas quais algumas foram expostas neste trabalho. Os estudantes de escolas públicas enfrentam dificuldades para alcançar os mesmos resultados que os alunos da rede privada. Essa desvantagem afeta suas chances de acesso ao Ensino Superior, restringe as oportunidades de mobilidade social e compromete a equidade educacional.

Este trabalho se trata de um estudo, como anteriormente dito, de uma pequena amostra. Amostra essa que revelou dados que não podem ser esquecidos e precisam ser debatidos de forma crítica tanto pela academia como pela sociedade. Trata-se de uma pequena contribuição que, certamente, pode culminar em trabalhos e pesquisas futuras, especialmente ao investigar como estão sendo desenvolvidos os itinerários formativos nas instituições e como tem ocorrido a implementação nessas escolas.

Referências

Alves, Paula Trajano de Araújo; Silva, Solonildo Almeida da & Jucá, Sandro César Silveira. O percurso histórico do ensino médio brasileiro (1837-2017). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, n. 39, p. 137-155, 2022.

Bald, Volnei André. **Reforma do Ensino Médio**: resgate histórico e análise de posicionamentos a respeito da Lei nº 13.415/17 por meio de revisão de literatura. Especialização (Curso de Docência na Educação Profissional), Lajeado: Universidade do Vale do Taquari - Univates, 2017.

Bodião, Idevaldo da Silva. Considerações sobre a reforma do ensino médio do governo Temer. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 109-127, 2018.

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, dez. 1996.



Novo Ensino Médio em debate: inovações invisíveis ou continuidades ocultas?

Maíra Caldeira da Silva, Renata Almeida Gonçalves & Thaís Reis de Assis

Brasil. **Lei nº. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília: Diário Oficial da União, 2017.

Brasil. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Exposição de Motivos. Brasília: Câmara dos deputados, 2016.

Ferretti, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018.

Jacomini, Márcia Aparecida. Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 267-283, 2022.

Kuenzer, Acácia Zeneida. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

Lakatos, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

Minas Gerais. **Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4.234, de 29 de abril de 2019**. Dispõe sobre a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Médio. Disponível em: [[Link](#)], Acesso em: 13 dez. 2024.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.908, de 11 de setembro de 2023**. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 11 set. 2023. Disponível em: [[Link](#)], Acesso em: 12 jul. 2024.

Romanelli, Otaíza de Oliveira.. **A História da Educação no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora Vozes, 1986.

Ribeiro, Paulo Rennes Marçal. História da educação no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, v. 4, p. 15-30, 1993.

Saviani, Dermeval. **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados, 2016.

Silva, Mônica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC - Um cenário de disputas. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 367-379, 2016.

Zotti, Solange. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos 80. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 4, n. 2, p. 1-20, 2002.